

“A essência do direito consiste na sua realização prática. Uma norma jurídica que nunca tenha alcançado essa realização, ou que a tenha perdido, já não faz jus a este nome” (Rudolf Von Ihering)

O Boletim Informativo da Divisão de Biblioteca atendendo a sugestões, traz uma nova seção “**Espaço do servidor**”. Nele teremos poemas, poesias, crônicas, artigos científicos de autoria de magistrados e servidores!

Desejamos a todos uma boa leitura!

Divisão de Biblioteca  
Equipe:  
Elaine Ribeiro  
Felicidade de Fátima  
Josiane Neves  
Lanalucia Figueiredo

Contato: 32053351  
E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br  
Facebook: bibliotecaTJPA

Visite nossa página:  
<http://portalinterno/PortalInterno/institucional/Biblioteca/13235-Acontece.xhtml>

## INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do **Diário da Justiça** no período de **16 a 31 de agosto** para cadastro na base da Biblioteca:

**Resolução n.º 27**, de 17 de agosto de 2016- Altera o art. 2º da Resolução n.º 009/2002 para retificar o seu designativo para “**Medalha Mérito Desembargador Ermano Domingues do Couto**”.

**Portaria nº3806/2016-GP**. Belém, 18 de agosto de 2016- Dispõe sobre a **atualização do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica**. (contém anexo).

**Portaria n.3996/2016**, de 23 de agosto de 2016- Autoriza a institucionalização do Projeto “**SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO DPGE**”, cujo objetivo é dar transparência no desenvolvimento das atividades, permitindo que os servidores tenham conhecimento do seu fluxo de trabalho.

## Você sabia?

“Os anos de 1830 e 1840 foram um turbilhão de mudanças jurídicas e sociais no Pará e no Brasil. Ainda durante a reforma no Código de Processo Criminal Brasileiro, foram regulamentadas tanto as “funções dos juizes de Paz e das Juntas de Paz” (VAINFAS, 2002, p. 452), quanto criou-se um novo juizado: o municipal. Esses novos juizes tornavam-se peças centrais para a constituição e fortalecimento dos poderes locais. A temporalidade destes novos magistrados deveria ajudar na distribuição destes poderes. Os juizes municipais eram “escolhidos, de três em três anos, em lista tríplice elaborada pelas Câmaras Municipais, dentre habitantes do município” (MATHIAS, 2009, p.140). Como lembrava Antônio Baena, autor de um Ensaio Corográfico sobre a província do Pará, para se começar qualquer processo nos anos iniciais da década de 1830 havia “um Juiz de Paz e seu suplente em cada freguesia” estes eram eleitos pelo “mesmo tempo e matéria que se elegem os vereadores das Câmaras Municipais” (BAENA, 2004, p.139). A presença local destas autoridades, todavia, não resolveu o problema da falta de formação jurídica. Pelo contrário, essas novas autoridades normalmente pouco sabiam das normas legais e tiveram um tempo exíguo para aprendê-las no dia a dia, já que o cargo era novo, eletivo, temporário e o momento político era dos mais conturbados”.

**Fonte:** PARÁ. Tribunal de Justiça. **Tribunal de Justiça do Estado do Pará:** 140 anos. Belém: Tribunal de Justiça, 2014. 249p.

## Legislação

### FEDERAL

**Decreto nº 8.835, de 15 de agosto de 2016-** Altera o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, que regulamenta o art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional. [Clique aqui](#)

**Decreto nº 8.836, de 15 de agosto de 2016-** Altera o Decreto nº 8.627, de 30 de dezembro de 2015, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE. [Clique aqui](#)

**Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016-** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE. [Clique aqui](#)

**Decreto de 22 de agosto de 2016-** Autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da ordem pública durante a votação e a apuração das eleições de 2016. [Clique aqui](#)

**Decreto nº 8.840, de 24 de agosto de 2016-** Altera o Anexo ao Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, que aprova o Regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comerciem. [Clique aqui](#)

**Decreto de 29 de agosto de 2016-** Revoga o Decreto nº 92.055, de 2 de dezembro de 1985, que autorizou o Lloyds Bank Plc a funcionar no Brasil. [Clique aqui](#)

**Decreto nº 8.842, de 29 de agosto de 2016-** Promulga o texto da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, firmada pela República Federativa do Brasil em Cannes, em 3 de novembro de 2011. [Clique aqui](#)

**Decreto nº 8.843, de 30 de agosto de 2016-** Altera o Anexo ao Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, que aprova o novo Estatuto Social da Empresa Pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. [Clique aqui](#)

### ESTADUAL

**Decreto nº 1.589, de 26 de agosto de 2016-** Dispõe sobre os índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. [Clique aqui](#)

### MUNICIPAL

**Lei nº 9.224, de 25 de agosto de 2016-** Reconhece como de Utilidade Pública para o Município de Belém, a Sociedade de Meio Ambiente, Educação e Cidadania – SOMECA, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

**Lei nº 9.225, de 25 de agosto de 2016-** Institui no Município de Belém e no calendário oficial de eventos, o Dia Municipal dos Desbravadores, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

## Notícias Seleccionadas

### STF

Negado seguimento a recurso por falta de capacidade postulatória de procuradores. [Leia mais](#)

OAB pede que inexigibilidade de licitação para contratação de advogados seja declarada constitucional. [Leia mais](#)

Questionadas leis paulistas que instituem ICMS sobre operações com softwares. [Leia mais](#)

Reformada decisão sobre investigação de paternidade sem exame de DNA. [Leia mais](#)

Suspensa decisão que retirou cartório do Piauí de lista de serventias em concurso. [Leia mais](#)

Lei paranaense sobre cobrança em estacionamentos é inconstitucional, decide STF. [Leia mais](#)

### STJ

Determinado teste de DNA de alta tecnologia para resolver caso de 30 anos. [Leia mais](#)

Turma afasta o princípio da insignificância em caso de pesca irregular em Goiás. [Leia mais](#)

Mesmo não expresso na peça, pedido deve ser considerado por magistrado. [Leia mais](#)

Aposentadoria de servidor por doença não prevista na Lei 8112 será proporcional. [Leia mais](#)

Hipoteca firmada por construtora com banco não atinge os compradores dos imóveis. [Leia mais](#)

### MPPA

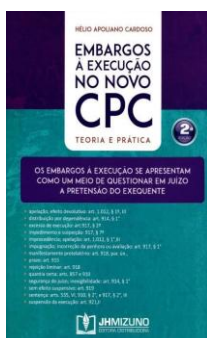
MP e Defensoria recomendam a cartório que respeitem grafia tradicional de nomes indígenas. [Leia mais](#)

Região do Tapajós recebe apresentação do Programa ONU-Habitat. [Leia mais](#)

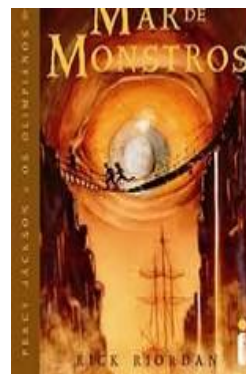
Projeto “Lenço em movimento” visita a região Nordeste. [Leia mais](#)

## Obras Disponíveis no Acervo da Biblioteca

### Acervo Jurídico



### Acervo Projeto Leitura Livre



## Espaço do Servidor

Servidor, agora você tem um espaço no Boletim Informativo, para compartilhar textos literários, artigos científicos de sua autoria!

Colabore conosco na disseminação do conhecimento!

Contato

E-mail:  
[biblioteca@tjpa.jus.br](mailto:biblioteca@tjpa.jus.br)

### Lá vem a morena em Belém do Pará

*Nas esquinas, o vento sopra forte.  
Caminho devagar para o rio,  
admiraando as grandezas do norte.  
Paro à beira mar, arrepio.*

*A morena vem braba lá nas ilhas  
seu hábito de longe sinto eu cá  
em gotículas de distantes milhas,  
pousando a me beijar em minha boca*

*Voam as aves, buscam um abrigo  
some em nuvem de chuva a  
embarcação  
“você vai se molhar”, diz um  
amigo.*

[Leia mais](#)



O servidor da Secretária da 9ª Vara Criminal de Belém, Luís Marcelo de Araújo Pedrosa, gentilmente, aceitou nosso convite para participar da seção “Espaço do Servidor”, com a poesia:

### “Lá vem a morena em Belém do Pará”.

Formado em letras e direito, professor de português e literatura, escreve desde a adolescência.

## Mural

### EVENTO

#### **A IOB realizará a 6ª edição do Seminário Recuperação de Créditos Tributários Federais e Estaduais.**

Este evento será transmitido via internet para todo Brasil

Coordenação científica da Doutora em Direito Tributário Flávia Holanda.

Objetivos do seminário:

- Apresentar Teses Tributárias para recuperação de créditos tributários.
- Compartilhar práticas em gestão tributária
- Debater Formas de discussão no âmbito judicial
- Entender causas que geram o acúmulo de crédito tributário

Palestras em destaque:

- 1- As Hipóteses de Creditamento das Contribuições para o PIS e da COFINS e as Principais discussões Administrativas na Atualidade

Serão 13 palestras, apresentadas por doutores em direito tributário,

**Data: 21 e 22/09 – Você pode participar presencialmente em São Paulo, ou via internet para todo Brasil. [Saiba mais](#)**

## Em Foco

### **Acórdão que traz *Realidade Virtual Aumentada* é o primeiro do TJRS neste formato**

Pela primeira vez, uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul contém tecnologia que permite misturar a realidade fática, concreta, com a realidade virtual. É assim que o relator do Acórdão, Desembargador Otávio Augusto de Freitas Barcellos, da 15ª Câmara Cível, define a experiência inédita de sua autoria. [Saiba mais](#)